

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

**Coronelismo, Conservadorismo e Autoritarismo na tradição política goiana:  
Alguns apontamentos**

**Professor:** Me. Júlio Cesar Meira.<sup>1</sup>

**Resumo:**

A discussão a respeito da História de Goiás passa, necessariamente, pela compreensão da configuração econômico-política do final do Império e da Primeira República, em que se destacava a figura tipológica do Coronelismo. Grandes proprietários rurais, mandatários políticos de alcance variado – de atuação local, regional e, às vezes, nacional – os Coronéis dominaram a paisagem de Goiás e do Brasil. O fenômeno coronelístico não é tão fácil de definir, muito menos de estabelecer sua origem. Muitos autores escreveram sobre o tema, alguns preocupados em construir biografias de coronéis célebres. Outros, como Itami Campos, buscaram, para além da caracterização do período ou contextualização do momento político, estabelecer uma tipologia do Coronel. Símbolo das oligarquias dominantes, e do estabelecimento de políticas autoritárias e conservadoras, o Coronel é o tipo por excelência do modelo político de Goiás. Por conta disso, esta comunicação parte da discussão do Coronelismo para estabelecer, por analogia, paralelos possíveis para a análise da política atual.

**Palavras-chave:** História, Política, Coronelismo.

**Introdução**

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), é Mestre em História Social (2009) e graduado em História pela mesma universidade (Bacharel e Licenciatura).

Pesquisador e professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás, em regime de Dedicção Exclusiva, estando lotado no Câmpus de Morrinhos, onde atua na graduação e pós-graduação *Lato Sensu*, sendo o Coordenador atual do Curso de História.

Como pesquisador, interessa-se pelos seguintes temas: história, educação, estado, memória, representações, cultura e imaginário, coordenando, atualmente, o projeto de pesquisa intitulado "IMAGENS DA MODERNIDADE E PROGRESSO NO SUL GOIANO: os projetos de reurbanização de Morrinhos – GO entre 1950 e 1970", que também é o tema da pesquisa do Doutorado.

É autor de vários artigos em periódicos científicos, tendo publicado, em 2015, o livro "*ONGS, REFORMA DO ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS: Nova Cidadania?*".

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

No final da década de 1970, matéria jornalística exaltava a pretensão de um candidato ao governo de Goiás porque, entre as credenciais apresentadas por ele, constava o parentesco com algumas das famílias que, nos últimos 130 anos, estiveram à frente da política de Goiás – os Bulhões, os Jardins, os Caiados, os Lages e os Perillos.

Muitos desses nomes estão, historicamente, relacionados com o coronelismo em Goiás. São pessoas e famílias que, principalmente ao longo da República Velha, exerceram um domínio quase absoluto sobre a política do estado, baseados em sua riqueza econômica, relações de poder estabelecidas com o governo federal, controle pessoal dos partidos que disputavam as eleições e, mais raramente, pelo carisma. Dessa forma, é justo afirmar que a discussão a respeito da História de Goiás passa, necessariamente, pela configuração econômico-política-social do final do Império e ao longo de toda a República Velha, em que o Coronelismo foi a principal característica.

Vale afirmar que o tema do Coronelismo já foi extensamente analisado nas últimas décadas. De forma mais ampliada, buscando analisar o Coronelismo como parte integrante da política nacional, alguns trabalhos se tornaram clássicos, de consulta e leitura obrigatória sobre o tema. Entre eles, pode-se destacar “Coronelismo, Enxada e Voto”, de Vitor Nunes Leal (1986); “O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios”, de Maria Isaura Pereira Queiroz (1976); “Coronel, Coronéis”, de Marcos Vinícius Villaça (1965); e a obra magna de Raymundo Faoro, “Os Donos do Poder” (1993).

Do ponto de vista regional, dos que pensaram o Coronelismo a partir da realidade goiana, alguns se preocupando apenas em diagnosticar o fenômeno, enquanto outros buscaram, de forma teórica, caracterizar e conceituar o fenômeno local, destacam-se os trabalhos de Luis Palacín, principalmente as obras “Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista” (1990) e “História Política de Catalão” (1994); a obra, fruto de pesquisa de pós-graduação, “História de Uma Oligarquia: Os Bulhões”, de



CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

Maria Sant'Anna Moraes (1974); “O Despertar dos Dormentes”, de Barsanulfo Borges (1990); e os dois trabalhos fundamentais, destinados a construir tipologias opostas, ou, pelo menos, a se contraporem na proposição de explicações para o surgimento do fenômeno coronelístico local, que foram as obras “Coronelismo em Goiás”, de Itami Campos (1987) e “Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade”, de Nasr Faial Chaul (1995). Organizada por Chaul, a obra coletiva intitulada “Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias” (1998), que trazia escritos de alunos de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás, merece destaque.

## 1. O Coronelismo

Elencar obras e autores de diversas tendências que se detiveram sobre o estudo do Coronelismo, por si só, não facilita o entendimento desse fenômeno histórico. Não se está mais próximo de defini-lo em todas as suas particularidades e formas de ação localizadas, a não ser de maneira genérica. Estabelecer sua origem também é outro desafio. Por conta disso, a construção de tipologias conceituais possibilita a compreensão como fenômeno histórico, sem se conseguir relacionar diretamente cada caso concreto à tipologia construída.

No caso goiano, sem dúvida que, após o trabalho de mestrado do sociólogo Itami Campos, de 1975, transformado em livro e publicado na década seguinte com o título já apontado “Coronelismo em Goiás”, cristalizou-se uma interpretação do Coronelismo quase definitiva, pelo menos até a publicação do trabalho de Nasr Faial Chaul (1995). A virtude do trabalho de Campos foi a de, para além da caracterização do período ou contextualização do momento político, estabelecer uma tipologia do Coronel.

De forma resumida, Itami Campos partia do princípio geral de que o coronelismo é derivado de dois fatores:

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

- a) A articulação local do período imperial em que as câmaras locais passam a deter poder cada vez maior, fazendo com que as lideranças locais – fazendeiros, principalmente, tornados oficiais da Guarda Nacional por necessidade – dominassem essas câmaras.
- b) Já na República, a “política dos governadores” tornou possível prosperar os arranjos políticos que tinham no coronel sua base principal.

Do ponto de vista de Goiás, Campos defendeu a tese de que, em Goiás, a particularidade do Coronelismo derivava, em primeiro lugar, da condição quase de exclusão a que o estado estava relegado, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Goiás seria, a partir dessa análise, um estado de periferia, alijado do centro do poder e, por conseguinte, gozando de uma autonomia forçada quase que absoluta. Afirma ele que, no início da Primeira República, em plena era da Política dos Governadores,

Muito embora tenham os estados passado a ser a **unidade básica**, nem todos partilharam igualmente do núcleo do poder, uma vez que o arranjo político estabelecido reconhecia centros hegemônicos e periferias estaduais. Este fato é decorrência de uma complexificação da sociedade. Tomando-se esta diferenciação de um modo global e genérico, ela se apresenta como sendo o centro – o explorador, e a periferia – o explorado. (CAMPOS, 1987: 17)

Para os Coronéis, essa situação de periferia foi sobremaneira interessante, na medida em que possibilitou que vicejasse todo tipo de mandonismo local, quase sem perturbação do governo central. Principalmente porque os Coronéis entregavam, em sua parte do pacto estabelecido no bojo da Política dos Governadores, as condições para que o governo central continuasse a ser eleito e a realizar suas políticas, mediante a aprovação no congresso e a votação dos candidatos situacionistas definidos de antemão.

Assim, com o governo central ausente da política local, mas tendo a contrapartida necessária para sua própria manutenção no poder, o governo estadual acabava sendo o

# CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

resultado das vontades políticas dos Coronéis locais, que em sua área de influência detinham poder quase absoluto.

Novamente Itami Campos esclarece que

Estes três elementos – chefia política municipal, situacionismo estadual e governo federal – habilmente coordenados pela política dos governadores, vão formar o tripé de estabilização do sistema político brasileiro, conhecido também como arranjo coronelístico. Cada um destes parceiros vai ser co-responsável pelo funcionamento do sistema e a cada um deles cabe as vantagens que o compromisso oferece. A nível estadual, o arranjo coronelístico vai ser estabelecido pelo “compromisso” entre os grupos políticos municipais sob o controle do executivo estadual, sendo dada ‘carta branca’ aos coronéis nos seus domínios. (CAMPOS, 1987: 19)

Assim, se existiu em muitos lugares o sistema Coronelístico, a tese de Campos é que em estados em que a situação de periferia era mais concreta, como Goiás, o fenômeno coronelístico desenvolveu-se com muito mais liberdade.

## 1.1. A principal (e primeira) questão: Que tipo de Coronelismo frutificou em Goiás?

Definido o enredo histórico-social do surgimento do fenômeno coronelístico, Campos (1987) aponta, então, para os dois tipos fundamentais de Coronéis, em sua concepção:

- a) **De Regiões Urbanizadas:** os coronéis são mandatários políticos, e usam os recursos e estrutura política para consolidar seus interesses pessoais e de seu grupo;
- b) **De Regiões Rurais e Tradicionais:** São, por si sós, poderosos, por sua riqueza e influência, não dependendo de estrutura política (que, se existe, é frágil), mas, ao contrário, constroem essa estrutura, a qual é mantida para institucionalizar seus interesses.

Ao defender a tese de que Goiás, no início da Primeira República, pertencia ao grupo de estados periféricos, sendo, portanto, pré-político, é sobre o segundo tipo de coronel que recai a sua tipologia. Dessa forma, apresenta um modelo em que os Coronéis, genericamente, são chefes econômicos, primeiro, e só depois políticos.

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

Em se tratando de Morrinhos, a definição de Campos parece adquirir maior relevo. Hermenegildo de Moraes, o grande Coronel do sul-sudeste, vilaboense de nascimento e morrinhense por adoção, era, provavelmente, o homem mais rico de Goiás em sua época. Por outro lado, a se distanciar da tipologia construída, tinha interesses diversificados, não necessariamente ancorados exclusivamente em negócios relacionados ao campo. Amorim (2015: 84) aponta que Hermenegildo de Moraes “Acumulou enorme fortuna pessoal através do comércio, de atividades agropastoris e no papel de financista tanto na região do Triângulo Mineiro como o Sul do estado, numa época em que inexistiam bancos”.

Como se vê, pela descrição de Amorim, apesar de grande parte da riqueza – e do poder – do Coronel Hermenegildo de Moraes ser oriunda da posse de terras, era o comércio a base, e a origem de sua riqueza. Numa época em que se lamentava o atraso e a decadência de um estado relegado a atividades econômicas agropastoris meramente de subsistência, o Coronel Hermenegildo de Moraes já era conhecido como “financista”, fazendo girar a roda da economia com seus empréstimos e financiamentos, tendo se tornado um autêntico capitalista.

Ser um homem ligado ao comércio e às finanças – portanto, de vivência urbana<sup>2</sup> – não o tornava menos autoritário ou de hábitos menos implacáveis que os Coronéis rústicos do interior rural brasileiro. Duas situações ilustram essa afirmação.

Em primeiro lugar, a partir do depoimento de uma testemunha, Amorim (2015: 85) afirma que o Coronel Hermenegildo de Moraes “[...] hipotecava as terras dos devedores. Quando a dívida não era resgatada, acrescia-se mais um pedaço de terreno às suas já inúmeras

---

<sup>2</sup> Nasr Fayad Chaul (2002: 146) apontou a existência de uma classe média e de profissionais liberais urbanos ainda no início da Primeira República, com vivência internacional “[...] do francês à ópera, da fazenda ao curso superior[...]”, contestando a historiografia tradicional que representava Goiás no final do século XIX como representativo do atraso rural. Da mesma forma, Amorim (2015: 84), ao descrever o modo de vida da família Moraes, na virada do século XIX para o XX, afirma que “Pelos numerosos cartões-postais que os Lopes de Moraes enviavam da Europa e Ásia para os parentes, constata-se uma forte ligação com a vida e sociedades capitalistas do Velho Mundo.”

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

fazendas [...]”. Ou seja, nos negócios, o Coronel capitalista urbano era tão implacável quanto qualquer outro Coronel em suas relações com subordinados e agregados.

Em segundo lugar, a relação de superioridade estabelecida com os habitantes da cidade de Morrinhos não os deixava esquecer, em nenhum momento, a posição de subalternidade que ocupavam, em relação ao mandatário local. A descrição que o historiador e memorialista José Afonso Barbosa faz dos passeios diários do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes é emblemática e não deixa qualquer margem à dúvida de que, do centro ou da periferia, a política Coronelística era fundamentada no exercício da autoridade pela via da intimidação e autoritarismo, que se consubstanciava num mandonismo local que não descuidava de nenhum gesto no grande teatro das aparências da opinião pública.

Assim escreve Barbosa:

Era hábito de Hermenegildo Lopes de Moraes engalanar-se todo com seu terno branco e sair para seu passeio matinal. Isso diariamente. Se um transeunte do povo caminhasse em sentido oposto ao dele na calçada da rua, não podia em hipótese alguma dar de testa com ele. Tinha, ao aproximar-se dele, que descer da calçada, esperá-lo passar para só depois tomar o passeio da rua e retomar de volta seu destino. Se algum desavisado não cumprisse esse ritual, ao encontrar-se com ele, era severamente advertido pelo Coronel por aquele descuido, exigindo, do desavisado, que aquilo não se repetisse mais, levando-se em conta sua importância de homem público e sua força econômica (Hermenegildo Lopes de Moraes que quase alcançara o título de Barão de Vera Cruz, não fosse a queda prematura da monarquia brasileira). (BARBOSA, 2015: 84)

A autoridade do Coronel, exercida pelo estabelecimento de uma rede de relações sociais, econômicas e culturais, configurava uma tipologia de mandonismo local, em que a submissão econômica era a base de todas as demais modalidades de controle autoritário da população. Frequentemente esse era o capital basilar a configurar também a dominação política, fechando o ciclo da dominação total local em mãos do Coronel. A cidade, ou região, se tornava o ‘curral eleitoral’ do Coronel, os habitantes se tornavam a “sua gente”, e os votos eram direcionados – e manipulados – de acordo com os interesses do mandatário local. Essa era a base do pacto, ou política Coronelística, na definição de Campos:

# CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

A política coronelística, por sua vez, é sempre caracterizada como implicando num pacto ou compromisso. Pacto este que envolve os diversos níveis de poder – federal, estadual e municipal. Exercendo o coronel, através deste pacto, o papel de ‘mediador’ entre as instituições políticas e a população interiorana. Neste sentido, a ‘mediação’ – num contexto mais amplo – expressa a ideia de “organizar politicamente espaços relativamente grandes com a ajuda de meios de uma civilização não desenvolvida. (CAMPOS, 1987: 64)

O modelo político oriundo desse pacto acaba por se adequar ao propósito de preservação do próprio sistema, favorecendo a manutenção de uma hierarquia rígida, mas funcional, em que o Coronel é a base de tudo. Garantindo os votos locais – para os níveis estadual e federal –, garantindo a estabilidade do sistema político, este é retroalimentado, de forma indefinida, e os Coronéis se tornam os fiadores de um modelo político conservador, mas funcional. Por sua vez, os demais níveis de poder garantem que a atuação local do Coronel não seja perturbada, seja pela criação de instituições que legitimem as diversas práticas, seja pela omissão pura e simplesmente. De certa forma, o próprio ato do voto se torna a marca do modelo de mandonismo local, mas, ao mesmo tempo, seu próprio elemento de legitimidade.

## 2. Práticas Coronelísticas atuais

Alguns autores vêem o fim do Coronelismo com o golpe de 1930, principalmente em relação ao estado de Goiás, em que um nome novo, estranho ao Coronelismo, Pedro Ludovico, assumiu o poder. Outros entendem que foi apenas com o golpe de 1964 que, finalmente, o Coronelismo acabou, com a extinção dos partidos e a figura dos governadores, prefeitos e senadores biônicos.

Para entender melhor isso, é necessário que se conheçam as práticas Coronelísticas, ou seja, a forma como os Coronéis consolidavam seu poder político. As práticas Coronelísticas, já apontadas acima de forma aleatória, podem ser sintetizadas em algumas características



CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

facilmente perceptíveis nos diversos arranjos Coronelísticos, nem sempre da mesma forma ou contendo todas elas. Essas características são: Patriarcado; Clientelismo; Voto do Cabresto; Falta de limites entre público e privado; Mandonismo autoritário e uso da violência; Conservadorismo e Familiocracia.

Independente do momento histórico que se queira estabelecer como de ruptura do modelo de política ancorada no Coronelismo, e, por extensão, do próprio Coronelismo como fenômeno social e político, diversas práticas típicas do Coronelismo se perpetuaram e permanecem, até os dias atuais, sendo reconhecidas na forma como se estabelecem as relações de poder, tanto no campo socioeconômico quanto, principalmente, no político.

A tese desta comunicação é que algumas características do Coronelismo se mantêm ainda hoje na política goiana, assim como em boa parte do Brasil.

De todas as características, três delas podem ser destacadas. Em primeiro lugar, em Goiás, o conservadorismo parece ser uma característica que une a todos, independente da condição ou classe social. Chama a atenção, ao desavisado recém-chegado às terras goianas, que os mesmos discursos estão presentes na fala, tanto do latifundiário quanto do meeiro, do trabalhador rural; tanto do empresário ou profissional liberal quanto dos vendedores da força de trabalho.

É um conservadorismo que se mantém como característica da própria tradição histórica, da representação construída a respeito da identidade goiana, que Chaul (2002) definiu como herança negativa da cristalização dos conceitos de decadência e atraso, a contribuir para uma imagem de inferioridade que se perpetuou no imaginário social, resultando o conservadorismo como uma tática – nem sempre consciente – de autopreservação.

O fato é que o conservadorismo acaba por definir as escolhas políticas, salvo em raros momentos ou locais.

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

Em segundo lugar, a ideia de que a família deve ser o centro das relações de poder, a partir da figura do patriarca, compondo uma teia de relações em que o clientelismo e o voto de cabresto eram essenciais. Familiocracia, ou, como a maioria dos autores prefere, oligarquia.

O Coronelismo é pai dileto da Oligarquia, na medida em que a perpetuação (e união, pelo casamento ou alianças políticas) das famílias dos coronéis originais deu origem às principais oligarquias econômicas e políticas desde o início do século XX.

Foi assim em Morrinhos, por exemplo, em que a união das famílias Moraes (Coronel Hermenegildo), Nunes (Coronel Pedro Nunes) e Xavier, deu origem a uma oligarquia que dominou a política na cidade – e no sul de Goiás – por mais de 50 anos. Ainda é assim em muitos lugares, mas, especialmente, na política estadual, em que as oligarquias derivadas dos velhos arranjos Coronelísticos ainda detêm o controle da política goiana, como os primeiros parágrafos deste texto apontam.

Se os Coronéis do passado deram origens às oligarquias políticas do presente, nem sempre essa relação foi diretamente influenciada pelos laços consanguíneos, como ocorreu com o próprio Ludovico, pouco antes de sua morte, ao escolher como seu herdeiro político a Iris Resende, no lugar de seu filho Mauro Borges (CUNHA, 2009).

Os mesmos grupos, com raras exceções, se mantêm ou se alternam no poder, evocando, como fator de legitimidade, não a vontade popular, mas a ligação histórica com figuras ou projetos políticos históricos da política. São os herdeiros, diretos ou indiretos, que receberam a benção do Coronel oligarca que dominava o partido e hoje são eles que dominam as estruturas partidárias, o que leva ao último ponto.

## 2.1. Mandonismo autoritário

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

O terceiro e último ponto é o que se pode chamar de Mandonismo, ou exercício autoritário do poder. Esse mandonismo podia ser exercido nas relações políticas mais básicas com a população local, ou seja, o clientelismo e o voto do cabresto.

Sem dúvida essas eram práticas importantes do exercício do poder do Coronel, mas o que realmente importava – antes como hoje – era o controle do partido político em nível local. Dessa forma, o Coronel definia em quem se votaria, em que base se construiria as políticas de alianças, e negociava recursos para sua clientela com o governo estadual ou federal, em troca do apoio político. Guilherme Xavier, ao falar de seu avô, Hermenegildo, afirmou que todas as escolhas do seu partido, em nível estadual, para governador ou deputado – estadual ou federal – passavam por ele, que foi vice-governador de 1890 até 1905, ano de sua morte: “Os líderes da Capital do Estado foram a Morrinhos para de acordo com o ‘coronel’ Hermenegildo Lopes de Moraes escolherem a chapa dos representantes goianos à Assembleia Nacional Constituinte”.<sup>3</sup>

Era o controle do partido que garantia a manutenção ou ampliação do poder de um Coronel, e para isso, todos os esforços eram envidados, desde a intimidação pura e simples, até as fraudes mais grosseiras. Esse controle ficava evidenciado, bem como os esforços envidados, no relato de Chaul sobre Pedro Ludovico e as eleições de 1934. Naquele pleito, o interventor enviou um telegrama aos líderes locais do partido do governo em que ordenava a forma como deveria ser organizada, em nível local, a escolha dos candidatos, conforme a descrição de Chaul:

Pedro Ludovico conduziu a batalha com total centralismo, optando por candidatos e ordenando o descarregamento de votos nas pessoas de sua preferência: “José

---

<sup>3</sup> De 1891. O depoimento de Guilherme Xavier faz parte do ensaio “O Sobrado”, publicado na Revista da IV Festa de Arte de Morrinhos, no ano de 1972. De 1891 até 1905, ano de sua morte, Hermenegildo Lopes de Moraes controlou a política local, elegendo-se como intendente municipal ou escolhendo seus prepostos, além de ter sido, em todas as eleições, o vice-presidente do estado, tendo a última palavra na escolha do candidato a presidente do estado, juntamente com o Senador Leopoldo de Bulhões.

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

*Honorato leva minha última resolução sobre pleito amanhã. Chapas estaduais deverão ser obedecidas rigorosamente como estão organizadas e que serão entregues por José Honorato. Recomendo que Chapas federais deverão obedecer legenda. Cordiais Saudações". (CHAUL, 1988: 139)*

Cileide Alves Cunha confirma esse controle de Pedro Ludovico sobre o partido.<sup>4</sup> A autora afirma que “[...] Pedro Ludovico repetiu a forma tradicional de ação política, sustentada sobre seu poder pessoal e sobre os favores concedidos a membros do partido, como cargos e benesses na estrutura de poder” (CUNHA, 2009: 09). Para os que viram na atuação de Pedro Ludovico o fim da estrutura de poder da República Velha, baseada na figura do Coronel, a autora discorda, afirmando que “[Pedro Ludovico não promoveu ‘transformações estruturais’, mas a ‘difusão de uma *nova mentalidade, novos valores, novos padrões de comportamento* inerentes ao processo de modernização” (CUNHA, 2009: 08).

A menção a Pedro Ludovico é essencial para se compreender as pontes entre o Coronelismo como fato histórico, portanto localizado em dado momento histórico, e a política atual. Ainda temos os currais eleitorais; ainda os favores distribuídos aos aliados; ainda as benesses como fator de atração e manutenção de alianças. Mas, principalmente, ainda as formas de atuação autoritárias contra o pensamento divergente, os adversários ou inimigos políticos; ainda as escolhas políticas baseadas na indicação do Coronel local.

Retornando a Cileide Cunha e sua descrição da forma como Pedro Ludovico mantinha o controle político, lemos que ele:

[...] exercia autoridade rara e incontestada pelos pessedistas. O poder de Ludovico emanava de algumas práticas políticas consolidadas, como o controle dos diretórios municipais do PSD. Eram os diretórios que organizavam o eleitorado durante as eleições, e Pedro mantinha com estes um bom relacionamento. Partia dele as ordens para os diretórios executarem. Quem descumpria era colocado na categoria de “traidores” e levados, depois, a viver o “ostracismo político”. Ele mantinha o

<sup>4</sup> Na verdade, Pedro Ludovico fez parte de três partidos ao longo da vida, e dominou a todos em Goiás – Partido Social Republicano (PSR); Partido Social Democrático (PSD); e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

controle das instâncias partidárias, trocando fidelidade política por cargos no governo. (CUNHA, 2009: 12)

Cunha está se referindo a ações de Pedro Ludovico na década de 1960. Confrontando essa informação com a outra de Chaul, de eventos políticos protagonizados por Ludovico cerca de trinta anos antes, percebemos a recorrência de práticas políticas que se mantêm, nos dois momentos. Não é necessário uma pesquisa aprofundada para perceber que, passados mais de cinquenta anos depois dos eventos narrados por Cunha, o controle do partido segue sendo uma prática comum entre os líderes políticos.

Pouco mais de uma década após a situação descrita por Cunha em relação a Pedro Ludovico, a mesma autora afirma que Iris Resende, no início da década de 1980 e já no PMDB, reproduzia as mesmas práticas de controle partidário de seu padrinho político, a ponto de se confundir com a própria instituição partidária. O PMDB em Goiás, naquele momento, estava “[...] estruturado e organizado à imagem de seu líder. Iris personifica o PMDB como Pedro Ludovico personificou o PSD” (CUNHA, 2009: 23).

### Referências Bibliográficas

- AMORIM, Eron Meneses. **Morrinhos: Coronelismo e Modernização (1889-1930)**. Goiânia: Kelps, 2015.
- BARBOSA, José Afonso. **Triângulo da História** – subsídios para a história de Morrinhos (GO). 2ª ed. revista e aumentada. Goiânia: Kelps, 2015.
- BORGES, Barsanulfo Gomides. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: Ed. UFG, 1990.
- CAMPOS, Francisco Itami Campos. **Coronelismo em Goiás**. 1ª reimpressão. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1987.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade**. 2ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2002.
- \_\_\_\_\_. (coord.). **Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias**. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.

CONGRESSO  
INTERNACIONAL  
DE HISTÓRIA  
Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas

\_\_\_\_\_. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital.** Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988 (Coleção Documentos Goianos, 17).

CUNHA, Cileide Alves. A herança modernizadora de Pedro Ludovico e a memória de seu grupo político. In: Chaul, N. F.; Duarte, L. S. (orgs.). **História Política de Goiás.** Goiânia: UFG, 2009.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**, v. 2. Rio de Janeiro: Globo, 1993.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MORAES, Maria Sant'Anna. **História de uma Oligarquia: Os Bulhões.** Goiânia: Oriente, 1974.

PALACÍN, Luis. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista.** Goiânia: Ed. UFG, São Paulo: Loyola, 1990.

\_\_\_\_\_ et. al. **História política de Catalão.** Goiânia: Ed. UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

VILLAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, coronéis.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.